



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

## ATA DA DÉCIMA NONA (19ª) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;  
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Décima Nona (19ª) Sessão Extraordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos do Edital de Convocação nº 19 (dezenove), de 2014, de Sessão Extraordinária. Às 18h30, feita a primeira e única chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 118, da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Daniel Gasparini dos Santos (03), Dayane Amaro Costa (04), João Antonio Pires Gonçalves (05), Jorge Setoguchi (06), Laércio Rocha Pires (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Antônio Guarnieri (09), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (10), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (11), Marcos Bento Alves de Godoy (12), Maria Helena Scudeler de Barros (13), Osvaldo Aparecido Quaglio (14) e Waldemar Marcurio Filho (15) e, ausentes, Cinoê Duzo (16), Daniela Dalben Mota (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Parágrafo Único do Artigo 106, da já citada Resolução, convidou o Vereador Ary Augusto dos Reis Macedo para que procedesse a leitura de um salmo da Bíblia. Cumprida dita providência, o Presidente passou imediatamente à parte reservada à **“ORDEM DO DIA”**, submetendo à apreciação do Plenário EM TURNO ÚNICO: **“ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 130, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “instituinto, no âmbito do Município de Mogi Mirim, o Programa de Estímulo à Regularização Fiscal – PERF e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; (posto a votos em sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, o Projeto de Lei nº 130/2014, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Presidente passou, em seguida, à parte dos trabalhos reservada à **“EXPLICAÇÃO PESSOAL”**, conforme § 2º do Artigo 117, do Regimento Interno vigente, facultou a tribuna aos oradores regularmente inscritos. Imediatamente, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, demonstrando seu descontentamento com a convocação extraordinária da noite. Disse que uma sessão extraordinária deveria ser convocada somente em caso de matéria de extraordinária importância; que o projeto, constante da pauta, deveria ter sido visto com antecedência; que, mais uma vez, o presidente convocava uma sessão extraordinária em cima da hora, sem tempo para estudos e análises mais aprofundadas; que desta vez ele assinara a convocação, mas que não existiria uma próxima ocasião, porque não mais assinaria convocações deste tipo; que os ex-prefeitos Paulo Silva e Carlos Nelson Bueno se dignavam a conversar com os vereadores, procurando explicar o porquê das convocações e a relevância dos projetos, mas que, com o Prefeito Gustavo Stupp isto nunca ocorrera; que nenhum vereador tinha obrigação de comparecer na sessão extraordinária, inesperada e convocada de repente, que dois vereadores tinham faltado e que, ele



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

comparecera, mas tinha deixado vários compromissos, anteriormente agendados, para trás. “Não estou reclamando de sessões extraordinárias, mas as coisas devem ser organizadas; parar com essa mania de colocar projetos ‘goela abaixo’ e, na próxima vez, não assino mais convocações de uma hora para outra, sem sabermos qual é a matéria, sem uma reunião prévia”, frisou e concluiu. Como os próximos oradores inscritos, Vereadores Marcos Bento Alves de Godoy, João Antonio Pires Gonçalves e Luís Roberto Tavares, desistissem da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Luiz Antonio Guarnieri. O vereador do PT concordou com o discurso do Vereador Osvaldo Quaglio, a respeito da convocação extraordinária, que se referia a mais uma preocupação da prefeitura, em angariar fundos, pela falta de planejamento financeiro. O vereador ponderou que projetos deste tipo deixavam o bom pagador pensativo, porque se poderia conjecturar se valeria a pena pagar as contas em dia, haja vista que, no final do ano, a administração municipal, numa situação difícil, instituía um programa fiscal e ela mesma dava péssimo exemplo. Falou que tinha muita preocupação com o erário, que a prefeitura não tivera planejamento de receita, gastara muito no primeiro semestre do ano, e afirmou que o projeto era um incentivo ao mau pagador. Para concluir, declarou que, depois de findo o programa de recuperação fiscal, desejava saber dos valores arrecadados; pediu, para as próximas ocasiões extraordinárias, a presença dos secretários pertinentes na Casa, para mais esclarecimentos sobre as matérias a serem votadas; disse que ficaria deselegante aos vereadores votarem contra o projeto, já que a prefeitura necessitava tanto de dinheiro e solicitou que convocações, tais como a da noite em curso, não mais se repetissem. Como os próximos inscritos, Daniel Gasparini dos Santos e Jorge Setoguchi, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros que, desde logo, perguntou se o projeto aprovado continha o parecer da Comissão de Justiça, no que lhe foi respondido que sim. Depois, prosseguiu, criticando a convocação extraordinária e



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

os atos do Presidente da Câmara, afirmando que faltava muito pouco tempo para a eleição de seu substituto. Colocou que os vereadores deveriam ser capazes de fazer o prefeito subir até a Câmara; que esperava que a Câmara escolhesse um presidente que conduzisse a Casa, a fim de que a Câmara recuperasse a soberania que merecia ter e tinha o direito de ter, ao invés de procedimentos ‘goela abaixo’. Para finalizar, comentou os fatos da última sessão, quando um seu requerimento e um projeto de resolução, de sua autoria, tinham sido declarados prejudicados pela Presidência da Câmara, já com a sessão em curso. “Não é possível, tudo o que aconteceu na semana passada ainda está atravessado na minha garganta, porque, com tantos assessores, acontecer o que aconteceu na semana passada, um erro grosseiro, que mostra uma Câmara fragilizada e fraca, portanto, que possamos escolher um presidente que nos dê mais soberania, porque, do jeito que vai, vai muito mal”, sublinhou e concluiu. Como o próximo inscrito, Vereador Waldemar Marcurio Filho, desistisse da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires. O vereador do PPS discursou, primeiramente, criticando a convocação extraordinária, dizendo que, realmente, os vereadores não eram obrigados a comparecer, mas o tinham feito em consideração ao Presidente da Câmara. Depois, mencionou da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, dizendo que ela não deveria ter colocado dúvidas sob a Comissão de Justiça e Redação, porque o parecer era claro. Dirigindo-se ao Vereador Luiz Guarnieri, discordou de sua fala, colocando que o projeto era bom, um incentivo para arrecadação e que, muitos munícipes aguardavam a anistia fiscal, dentre eles, ele, orador. Depois disse das dificuldades da vida de vereador, do baixo salário, da agressividade recebida nas ruas, das mentiras, que pessoas mal intencionadas publicavam na rede social – Facebook, e explicou que andava pelas ruas com o hollerith em mãos, para provar que não ganhava um salário exorbitante. “Hoje, o vereador toma pancada na rua, ganhando quatro mil reais, por isso, eu ando com o meu hollerith na carteira, para provar à



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

população, que não recebo fortunas; nós estamos passando tempos ruins, tudo é motivo para detonar a imagem do vereador, mas mostrar o que o vereador faz de bom, ninguém divulga”, pontuou. Para encerrar, anunciou que era candidato à presidência da Câmara de Mogi Mirim, para o biênio 2015/2016, submetendo o seu nome à apreciação dos nobres pares, na eleição que se daria em 15 de dezembro. Nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, deu por encerrados os trabalhos da presente Sessão às 19h02, determinando a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM